

Relatório Parcial de caracterização da
**Comunidade negra da Ilha da
Marambaia**

Relatório preliminar sobre organização social, história e situação legal

Equipe:

José Maurício Andion Arruti
(coordenador)
Fábio Reis Mota
Mariza Rios

Projeto Egbé – Territórios Negros
KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço
Rio de Janeiro, janeiro de 2002

Relatório Parcial de caracterização da
Comunidade negra da Ilha da Marambaia
Rio de Janeiro, janeiro de 2002

Sumário

| | |
|---|--------------------------------------|
| 1. Apresentação | |
| a. Características deste relatório | 4 |
| b. Sinopse da Marambaia | 6 |
| c. Parecer do Projeto Egbé a partir do Relatório Parcial | 8 |
| 2. Território | 12 |
| a. Localização e população | 12 |
| b. Situação da terra | 13 |
| i. <i>Posse, uso e demanda</i> | 13 |
| ii. <i>Conflitos</i> | 15 |
| iii. <i>Situação Jurídica</i> | 17 |
| 3. Organização Sócio-econômica | 19 |
| a. Parentesco | 19 |
| b. Formas de organização | 19 |
| i. <i>Igrejas</i> | 19 |
| ii. <i>Futebol</i> | 21 |
| iii. <i>Organizações formais</i> | 22 |
| c. Atividade principal: a pesca | 22 |
| i. <i>Organização do trabalho</i> | 22 |
| ii. <i>Comercialização</i> | 25 |
| d. Migrações | 26 |
| 4. História e Memória | 27 |
| a. Entrepasto de um grande empreendimento escravista | 27 |
| b. A Escola de Pesca Darci Vargas | 28 |
| c. As lembranças do “tempo do Breves” | 29 |
| i. <i>A ilha durante a escravidão</i> | 30 |
| ii. <i>Uma pequena mitologia</i> | 31 |
| iii. <i>A memória da Camila</i> | 32 |
| iv. <i>O abandono dos escravos</i> | 33 |
| 5. Intervenções públicas e políticas | 35 |
| a. Serviços públicos | 35 |
| b. Processo de identificação como "remanescentes" | 36 |
| c. Outros agentes | 37 |
| 6. Fontes | 38 |
| a. Bibliografia específica | 38 |
| b. Notícias da Imprensa | 40 |
| 7. Anexos | Erro! Indicador não definido. |
| a. Anexo 1: Lista das famílias da Ilha da Marambaia | Erro! Indicador não definido. |
| b. Anexo2: Resumo da tábua cronológica da ilha da Marambaia | Erro! Indicador não definido. |

- c. Anexo 3: Excerto do Dossiê da diocese da Igreja Católica de Itaguaí
Erro! Indicador não definido.
- d. Anexo 4: Mapa de situação regional e Croqui da área **Erro!**
Indicador não definido.
- e. Anexo5: Relatório Preliminar sobre a Situação Jurídica **Erro!**
Indicador não definido.
- i. *Processo: 96.000.5706-0. Data de abertura: 18.04.1996* **Erro!**
Indicador não definido.
- ii. *Processo: 98.0014829-9. Data de abertura: 03.07.1998* **Erro!**
Indicador não definido.
- iii. *Processo: 98.0007737-5 Data de abertura: 14.04.1998* **Erro!**
Indicador não definido.
- iv. *Processo: 980007738-3 Data de abertura: 14.04.1998* **Erro!**
Indicador não definido.
- v. *Processo: 980009932-8 Data de abertura: 12.05.1998* **Erro!**
Indicador não definido.
- vi. *Processo: 9800010456-9 Data de abertura: 19.05.1998* **Erro!**
Indicador não definido.
- vii. *Processo: 9800153349 Data de abertura: 09.07.1998* **Erro!**
Indicador não definido.
- f. Anexo 6: Cópias de documentos **Erro! Indicador não definido.**

Apresentação

Características deste relatório

Este relatório faz parte das atividades regulares desenvolvidas pelo Projeto Egbé – Territórios Negros, de KOINONIA – Presença e Serviço. O projeto, que tem por foco os terreiros de candomblé localizados em Salvador (BA) e as comunidades negras rurais dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, tem por objetivos oferecer a tais grupos: *Apoio público*, promovendo o amplo conhecimento por parte da sociedade civil sobre sua existência, condições de vida e situação territorial; *Apoio jurídico*: propiciando iniciativas para o seu reconhecimento civil e a garantia de propriedade de suas terras; e *Apoio etno-ambiental*, propondo alternativas de recuperação e manejo sustentável.

O projeto assume como suas tarefas a edição de um informativo bimestral direcionado a tais comunidades (disponível também no endereço eletrônico <http://www.koinonia.org.br/projetos/tn/5/index.htm>), a assessoria a entidades e grupos interessados na temática, seminários voltados à troca de experiências e produção de conhecimento e, sustentando todas essas atividades, a realização de pesquisas de campo junto às comunidades negras rurais, reconhecidas oficialmente ou não como “remanescentes de quilombos”. Tais pesquisas de campo abordam quatro aspectos fundamentais à consecução daqueles objetivos descritos inicialmente:

- **Survey sócio-histórico** – que busca caracterizar a organização social do grupo em questão, mas colocando-a em relação com o desenvolvimento histórico de sua apropriação territorial, privilegiando uma reconstituição do passado baseada na memória do grupo.

- **Pesquisa legal** – que busca caracterizar a atual situação legal das terras ocupadas pelo grupo, no que estão incluídos levantamentos sobre a situação dos processos administrativos e jurídicos, além de levantamentos cartoriais.
- **Pesquisa sócio-econômico** – que, por meio da aplicação de questionários padronizados e relativamente extensos, produz uma visão sintética sobre a estrutura etária, de gênero, espacial e material do grupo, buscando diagnosticar também suas principais carências e demandas.
- **Pesquisa etno-ambiental** – que busca uma caracterização do contexto ambiental do grupo e suas formas próprias de utilização dos recursos ambientais, levantando dados que podem ser utilizados em futuros planejamentos de manejo.

Este relatório sobre a comunidade de pescadores negros da Ilha da Marambaia é um relatório parcial porque no momento em que o editamos, apenas duas etapas das quatro previstas foram suficientemente realizadas: a *pesquisa legal* e o *survey sócio-histórico*. Este último realizado por pesquisador também vinculado ao núcleo de estudos da Universidade Federal Fluminense (NUFEP-UFF) que desenvolve estudos antropológicos sobre sistemas de pesca no Rio de Janeiro (Mota, 2001). A iniciativa de uma edição antecipada e parcial dos dados disponíveis só foi tomada em função das demandas do Ministério Público Federal – com o qual o projeto vem mantendo um estreito diálogo – que percebe na atual situação dos moradores riscos sociais que precisam ser imediatamente documentados.

Essas considerações iniciais são necessárias para situar o âmbito preciso em que o texto que se segue deve ser tomado: ele não é um trabalho acadêmico, entre outros

motivos, porque não dispôs do tempo necessário à realização de uma etnografia no sentido pleno do termo e porque não se pautou segundo as problemáticas próprias ao campo acadêmico, mas segundo um roteiro preciso que deveria ser respondido, tendo em vista uma ampla caracterização social do grupo e de seu território. Ele também não é um produto acabado, do ponto de vista de nossos próprios objetivos, mas traz informações suficientemente precisas e confiáveis para ser tornado público e conhecido da sociedade civil, da mesma forma que para informar procedimentos preliminares na defesa dos direitos daquela população, em situação de risco social.

Sinopse da Marambaia

A Ilha da Marambaia fica localizada no litoral de Mangaratiba (RJ), em uma área considerada de segurança nacional e controlada por militares. Só se chega a ela por meio de barco da Marinha, com autorização prévia. No porto de desembarque situado na “praia do CADIM” (Centro de Adestramento da Marinha) estão localizadas as casas de alvenaria, nas quais, desde 1971, residem militares e outros funcionários federais. A leste, em direção à restinga, e a oeste, em direção à ponta da Marambaia, situam-se as antigas casas de alvenaria e estuque que abrigam uma população de cerca de noventa famílias descendentes, direta ou indiretamente (por meio dos casamentos), de escravos. Era na ilha da Marambaia que o “Breves” – senhor do café e do tráfico de escravos no Rio de Janeiro do século XIX – mantinha seus escravos para “engorda” antes de serem vendidos para outras fazendas.

Os atuais moradores contam que, pouco antes de morrer, o “Breves” teria deixado toda ilha para os ex-escravos que ainda permaneciam nela. A cada família ele teria atribuído uma praia, mas essa doação foi “só de boca”, como contam, e a família Breves não cumpriu o compromisso assumido pelo antigo proprietário. Apesar disso, as famílias negras permaneceram ali em posse pacífica até 1939. Nesse ano, a Escola de

Pesca Darci Vargas instalou-se na ilha, inaugurando um período de grande prosperidade: “aqui no tempo da Escola tinha de tudo, tinha fábrica de gelo, fábrica para sardinha, a gente tinha escola que profissionalizava a gente”, conta um senhor de 80 anos.

Tudo mudou quando, em 1971, a escola foi fechada e a ilha entregue ao Ministério da Marinha. A partir dessa data, os moradores da Marambaia começam a viver sob o impacto de uma nova dinâmica social, repleta de restrições que os proibem de manter roças, construir casas para os filhos recém-casados ou mesmo reformar ou ampliar as já existentes. Finalmente, a partir de 1998, a Marinha iniciou diversas ações judiciais de Reintegração de Posse, alegando que os pescadores são invasores de suas terras. Sem apoio jurídico e na sua maior parte não alfabetizados, aqueles que vão sendo condenados nesses processos são progressivamente expulsos. Essa foi uma estratégia criada pelo CADIM para que o seu objetivo fosse alcançado sem os custos judiciais e políticos de ter que expulsar toda a comunidade de uma só vez.

A Diocese de Itaguaí, por meio da Pastoral Rural, montou um primeiro dossiê sobre a situação daquelas famílias em 1998 e o enviou para várias autoridades. Entre elas, o presidente da República, que usa a ilha como balneário oficial em feriados prolongados. Nessa época, o assunto ganhou algum destaque na imprensa e uma advogada da Fundação Cultural Palmares tentou conhecer a situação pessoalmente, sem sucesso. Rapidamente, no entanto, o assunto voltou ao silêncio e o processo de expulsão dos moradores foi retomado. Em agosto de 2001, foi a vez da Dona Sebastiana, de 84 anos, ser expulsa por ter reformado sua casa. Analfabeta, ela tinha tido a autorização “de boca” de um militar administrador da área para a reforma, mas que depois foi desmentida, resultando na ação de despejo. Os senhores mudam, mas seus métodos permanecem semelhantes.

Parecer do Projeto Egbé a partir do Relatório Parcial

Para facilitar a consulta deste relatório, destacaremos agora, alguns pontos fundamentais de sua leitura, indicando desde já, suas implicações práticas no que diz respeito à garantia dos direitos daquela população à terra que ocupa.

- Os moradores da Ilha da Marambaia descendem, direta ou indiretamente, de famílias que ocupam a Ilha há, no mínimo, 120 anos, por serem remanescentes de escravos de duas fazendas que funcionavam no local até a abolição da escravatura. Essa data porém pode recuar, com o apoio nas pesquisas genealógicas previstas, até meados do século XIX, de quando data o primeiro registro de posse da Ilha por parte do Comendador Breves (item 7 b).
- A posse pacífica da ilha por parte desses moradores se estabeleceu logo após a morte do Comendador Breves, em 1889, e do abandono da Ilha por parte de sua família, devido às dificuldades financeiras em que ela se viu envolvida a partir de então (item 4 a). Faz parte da memória do grupo o evento da última viagem do sr. Breves à Ilha, na qual ele teria doado (apenas verbalmente) cada uma de suas praias a um conjunto de famílias, elegendo entre elas aqueles que deveriam ficar encarregados da chefia dos outros (item 4 c). Isso faz com que a Ilha da Marambaia se enquadre, de forma absolutamente coerente, com a caracterização sociológica apresentada por Almeida (1989) acerca das chamadas “terras de preto”: “domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de escravos”. (:174) Segundo o eminente sociólogo, tais domínios teriam origens muito diferentes. Entre elas, a falência dos antigos empreendimentos escravistas, depois dos quais os

descendentes diretos dos grandes proprietários, destituídos de poder de coerção como o fim da escravidão, permitiram a permanência das famílias de antigos escravos, pura e simplesmente ou por meio de aforamentos de valor simbólico, como forma de não abrir mão do seu direito de propriedade formal sobre elas. Apenas por essa razão tais populações teriam perseverado até os dias atuais, “em isolamento relativo, mantendo regras de uma concepção de direito que orientavam uma apropriação comum dos recursos” (:175).

- As famílias de pescadores da Marambaia permaneceram, de fato, no interior de um regime próprio de uso do território, que ainda hoje pode ser documentado por meio de seu conhecimento prático artesanal da pesca e de sua comercialização, conforme descrito adiante (item 3 c). Além da pesca, a população utilizava-se das terras da ilha para cultivos agrícolas de subsistência, que davam ao grupo uma grande capacidade de autonomia com relação ao continente e ao mercado (item 2 b). Nesses casos, estamos diante das “terras de uso comum” – categoria sociológica mais ampla da qual as “terras de preto” são uma variante – também descritas por Almeida: “situações nas quais o controle dos recursos básicos [...] se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, [pelos] vários grupos familiares, que compõem uma unidade social” (Almeida,1989:163). Nesses casos, são os “laços solidários e de ajuda mútua [que] informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável” (idem).
- Esse regime foi alterado pela primeira vez por influência da instalação da

Escola de Pesca Darcy Vargas, em 1939 (item 4 b), mas segundo a memória de seus moradores, em um sentido favorável, já que então passaram a contar com serviços públicos de que não dispunham antes. A segunda vez que ele sofreria um impacto maior de agentes externos seria com a tardia implantação dos serviços da Marinha na Ilha, em 1971, quando então os moradores são proibidos de continuarem realizando suas roças de subsistência e perdem os serviços públicos antes oferecidos, sem nenhum tipo de compensação por tais perdas. Daí advém a incompreensão de seus moradores com a possibilidade da justiça acolher as acusações, feitas pela Marinha, a partir de 1998 (item 5 b), deles serem invasores de uma terra que o próprio Estado documenta estar sob suas posses desde o início deste século (itens 2 b e 7 f).

- Os processos da Marinha, que têm levado à expulsão dos moradores da área, coincidem justamente com o momento de maior popularidade do tema das “comunidades remanescentes de quilombos”, e se acirraram depois das primeiras iniciativas da Diocese de Itaguaí na defesa daquelas famílias, pautada em tal argumentação. De forma coerente a isso, tais processos são cuidadosa e trabalhosamente fragmentados em processos individuais, distribuídos por diferentes varas, como forma de impedir que o caráter coletivo do conflito se manifeste. No entanto, uma leitura em conjunto dos processos aos quais pudemos ter acesso (itens 2 b e 7 e) não deixa dúvidas sobre tratar-se de uma *ação que incide sobre uma coletividade*: o mesmo autor, o mesmo objeto e as mesmas argumentações, tendo por réus pessoas que vivem sob as mesmas condições, fazendo parte de um grupo social estreitamente tecido por

relações de parentesco e de memória. Qualquer argumentação jurídica que se sustente em particularidades relativas a um ou outro caso em pauta, tem por objetivo em primeiro lugar, obscurecer a natureza coletiva do conflito instaurado pelas ações práticas e judiciais da Marinha.

- Finalmente, é possível afirmar que as características objetivas do grupo e das terras em apreço enquadram-se com perfeita coerência não só no modelo sociológico das “terras de uso comum” e das “terras de preto”, que têm sustentado a interpretação dominante da expressão constitucional “remanescentes de quilombos” (Almeida, 1996 e 1997; Dallari, 1997; Nunes, 2000; Oliveira, 1996; Godoy, 1997; ITESP, 1997 e Silva, 1996), como também no padrão das comunidades oficialmente reconhecidas com este título pela Fundação Cultural Palmares no próprio estado do Rio de Janeiro (Arruti, 2001). Vale lembrar que, desde 1992, por iniciativa das organizações da sociedade civil, do campo acadêmico, do Ministério Público Federal, e da própria União, se estabeleceu o consenso largamente documentado (ISA, 1999 e FCP, 2000) de que o termo “remanescentes de quilombos” consiste em uma categoria jurídica nova, que não encontra perfeita correspondência na categoria histórica dos “quilombos”, conforme definido pela parca historiografia sobre o tema. Foi apenas em vista deste largo consenso que mais de 30 comunidades já foram oficialmente reconhecidas e mais de 15, incluindo duas no estado do Rio de Janeiro, foram tituladas em suas terras. Sendo assim, não há nada que, do ponto de vista da caracterização objetiva, impeça o reconhecimento da Ilha da Marambaia como uma “comunidade remanescente de quilombos”.

Território

Localização e população

Situada no município de Mangaratiba a Marambaia é cercada pelas águas da baía de Sepetiba, apresentando uma representativa parcela da mata Pluvial Costeira, quase que extinta no Rio de Janeiro, parte da área mais ampla de Mata Atlântica. Suas terras argilosas, prolongam-se em extensa restinga arenosa, para leste, numa extensão de 40 quilômetros. O ponto culminante do pontal é o pico da Marambaia, elevando-se do nível do mar numa altura de 480 metros. Próximo ao pico, ao sul, encontra-se o canal que separa o pontal da Marambaia da Ilha Grande: o equivalente a mais ou menos 12 quilômetros de largura.

As vias de acesso á parte sul da Marambaia, onde residem as famílias de pescadores, são o barco da Marinha, que sai todos os dias às oito horas da manhã de Itacuruçá em direção à Ilha (sendo que aos sábados há uma barca que sai às 11 horas da manhã) e os pequenos barcos de pesca dos próprios moradores. Desembarcando pela Marinha na “praia do CADIM”, é necessário percorrer cerca de uma hora de caminhada pela praia até alcançar as primeiras casas.

A população da Marambaia está dividida por agrupamentos familiares que se distribuem pelas diferentes praias da ilha. Cada praia foi doada a um ancestral das atuais famílias que as ocupam atualmente, no momento imediatamente pós-abolição, pelo Comendador Breves, ou “velho Breves”, como contam os atuais moradores. Os pescadores ocupam as partes próximas a Restinga (ao lado norte) e a Ilha Grande (ao sul). O Centro de Adestramento da Marinha (CADIM) se localiza próximo ao pico da Marambaia, entre os moradores da parte sul e norte, nesta localidade se encontram as famílias dos Fuzileiros e alguns familiares dos pescadores que prestam serviço à

Marinha. Assim, a Marambaia apresenta a seguinte seqüência de quatorze praias: Praia do Sino, Pescaria Velha, Praia da Kaetana, Praia da Cachoeira, Praia do José, Praia da Kutuca, Praia Grande, Praia do CADIM, Praia Suja, Praia do Sítio, Praia do Caju, Praia da Varinha, Praia da Armação e Praia da Restinga. O acesso às praias se faz por pequenos caminhos aberto próximo a encosta do morro. Na face norte da Ilha, sobre a qual a primeira etapa de nossa pesquisa concentrou-se, entre a Praia Suja e a Praia da Restinga existem trinta e seis casas.

Um levantamento detalhado da população ainda deve esperar uma próxima etapa da pesquisa, mas em um levantamento preliminar foi possível apurar a existência de cerca de 90 famílias em toda a ilha. Confira no ANEXO 1 a relação das praias e das famílias da parte norte, identificadas e numeradas seqüencialmente segundo os nomes dos “chefes”: homens ou mulheres.

Situação da terra

Posse, uso e demanda

A absoluta maioria das famílias de moradores da Marambaia ocupa suas terras desde meados do século retrasado como trabalhadores e desde o último quarto daquele mesmo século como posseiros. Ao longo desse largo tempo de ocupação, tais famílias estabeleceram um sistema de produção familiar e por grupos de afinidade que esteve baseado na complementaridade entre a pesca e o roçado. A pesca será descrita no item relativo à economia, mas o roçado desapareceu depois da entrada da Marinha na ilha, entre o final da década de 1960 e início de 70. Os roçados ocupavam o trecho imediatamente aos fundos das atuais casas e que se prolongava até as encostas dos morros ao centro da ilha. A eleição da ilha como Área de Segurança Nacional, no entanto, levou à proibição dessas roças e ao cercamento dos terrenos relativos às casas,

de forma a eliminar até mesmo os pequenos trechos de quintal que poderiam ter continuado na produção de hortaliças.

Em qualquer situação social que envolva conflito fundiário relativo a territórios de uso tradicional, a definição de um demanda territorial exige - por fugir à forma de livre ocupação e impor a delimitação de fronteiras – uma capacidade relativamente alta de articulação dos grupos de famílias envolvidos. Uma barreira de medo, imposta pelo risco de represálias por parte da Marinha, porém, tem impedido que as famílias da Marambaia se reúnam em uma associação ou constituam uma comissão mínima de discussão do tema. Isso não nos permite falar em demandas territoriais, no sentido estrito. Mas a observação do seu processo de expropriação e dos problemas de subsistência que são apontados pelos diversos moradores, indicam uma expectativa de retomada das condições necessárias à manutenção daquele sistema combinado e complementar entre pesca e roça, o que implica em uma retomada da áreas de fundo das praias, que inclui os morros interiores à ilha.

Outra demanda territorial definida pelos moradores não é fundiária, mas marítima. Um grupo bastante representativo de moradores tem se mobilizado pela criação de uma Reserva Extrativista Marinha na Marambaia, por conta da pesca predatória na baía de Sepetiba por parte das traineiras industriais que vem de Santos.

Como, nesse caso, a demanda não implica em uma oposição direta às Forças Armadas instaladas na ilha, ela pôde ser elaborada com um pouco mais de agilidade pelos moradores. Por meio de um abaixo assinado - que contou com centenas de assinaturas dos moradores da praia da parte sul da Ilha – eles solicitaram a visita de um representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) / Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), em janeiro de 2000, para que eles conhecessem quais os procedimentos legais para a criação de uma Reserva

Extrativista Marinha. Mas, passado quase um ano, o CNPT ainda não respondeu a solicitação dos pescadores.

Conflitos

A Ilha da Marambaia foi adquirida pela União em 1905 por noventa e cinco contos de réis. Na década de 70 o Centro de Adestramento da Marinha (CADIM) se instala na Ilha permanecendo até os dias atuais. Os moradores nativos do local não possuem o título de posse de suas terras. Nos anos de 97 e 98 a Marinha entrou com diversos processos de Reintegração de Posse contra as famílias de pescadores. A alegação é a de que os moradores são invasores e as casas onde residem, que são propriedade da União, estão em processo de deterioração.

Os moradores, por sua vez, informam que, para reformar suas casas é preciso uma permissão do comandante do CADIM, o que nem sempre é consentido. Por outro lado quando o é existe o risco do novo comando embargar as obras argumentando que não fora solicitado ao novo comandante permissão para reformar suas casas. Frequentemente fatos como esse ocorrem porque não existe uma permissão escrita, formal do comando do CADIM para a realização das obras nas casas dos pescadores.

Um dos processos de Reintegração de Posse (n.º 9800077383) contra uma senhora de 83 anos, a D. Sebastiana Henriqueta de Lima, moradora da Praia do Sítio, foi julgado este ano tendo a decisão do juiz favorável à União. Além de perder a sua casa, D. Sebastiana ainda foi processada por Dano ao Patrimônio Público tendo que arcar com as despesas judiciais do processo e os encargos advocatícios. O caso da D. Sebastiana correu a revelia na justiça pelo fato dela ter se negado a assinar a intimação do Oficial de Justiça. No entanto, D. Sebastiana não tinha qualquer informação sobre a natureza da ação em curso, nem sobre as implicações de sua recusa, muito menos dos procedimentos que deveria tomar a seguir à visita do oficial de justiça. Mesmo tendo

pleno conhecimento dessas limitações de compreensão por parte da ré, o juiz não elegeu nenhum defensor para acompanhar o encaminhamento dado ao processo. Os seus familiares não entraram com um advogado para defende-la porque não sabiam da existência de um Processo de Reintegração de Posse. Tomaram ciência do ocorrido quando o Oficial de Justiça foi à Ilha para a execução da sentença do juiz. A advogada de D.^a Sebastiana, Fernanda Maria da Costa Vieira, conseguiu entrar com um pedido de suspensão da sentença do juiz no mês de julho, mas em novembro de 2001, na véspera do recesso da justiça, o juiz titular deu uma sentença final ao processo, desfavorável à D. Sebastiana.

Um outro processo de Reintegração de Posse (nº 96000768477), no qual a União ganhou foi contra três moradores: Joel de Rosa Lima, Rosangela de Souza Ferreira e Valdomiro Saturnino Filho. Após a sentença do juiz os moradores da casa foram despejados e sua residência foi demolida.

Existem mais três processos de Reintegração de Posse tramitando na justiça: contra Benedito Augusto Juvenal (98000.9932-8); contra Benedito Santana (9800104569); contra Eraldo Oliveira dos Reis (9800153349), distribuídos para diferentes varas. Segundo os moradores há outros processos contra as famílias de pescadores, no entanto não foram ainda levantados.

O Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Estácio de Sá vem desde 1998 assessorando as famílias que estão com suas casas na justiça. A partir de agosto de 2001 o Ministério Público vem investigado as denúncias de que a Marinha vinha impedindo os moradores de melhorarem suas casas. O procurador Daniel Sarmiento solicitou a intervenção da Fundação Cultural Palmares na área, reivindicando que a Marambaia fosse reconhecida como uma área remanescente de quilombo.

Situação Jurídica

A União afirma, sem fornecer as devidas provas, que é legítima proprietária da Ilha da Marambaia e que os réus ocupam os imóveis com permissão da Marinha. A permissão só é dada em função da evidente pobreza dos réus (segundo a própria União, eles não teriam condições de sobreviver em outro lugar), mas sem autorização para realizar qualquer modificação ou construção no imóvel. Dado isso, o pedido de desocupação das terras sempre é justificado pela razão do réu estar realizando alguma modificação na sua casa (como reforma de telhados ou construção de banheiros ou quartos), ou construindo casa nova.

A União afirma nos processos que as irregularidades nos imóveis são encontradas em sindicâncias rotineiras efetuadas pelo CADIM e que foi a recusa dos pescadores em assinar e cumprir as diversas notificações para desocupar o imóvel, que ensejou a mesma a entrar com as reintegratórias na Justiça. A própria União reconhece, portanto, que os trabalhadores moram na Ilha, que são submetidos à permanente sindicância de rotina e que ela própria lhes fornece um cartão de residência na Ilha da Marambaia. Contraditoriamente, no entanto, em todos os processos, a União qualifica os pescadores como invasores. Alguns processos são julgados a revelia e os posseiros só ficam sabendo que estão sendo processados quando são intimados a desocupar o imóvel. Mesmo quando a União argumenta ter feito notificação formal, é necessário compreender em que condições tal notificação foi realizada, já que a grande maioria dos pescadores não é alfabetizada, sem prova testemunhal da acusação. Por fim, em todos os processos, a União exige além da retirada da ilha, uma pena pecuniária, como indenização por danos causados ao imóvel, que invariavelmente é superior às próprias posses dos posseiros, classificados pela própria União, como “pobres”.

Da parte dos pescadores, as defesas apresentadas, quando existe, apegam-se

sempre ao mesmo argumento de que sua posse é imemorial, recuando, no mínimo, até meados do século XIX, quando a Ilha da Marambaia ainda era de propriedade da família Breves que a utilizava como um entreposto negreiro. A isso, a União protesta em todos os processos com a exigência de prova testemunhal, requerendo o julgamento antecipado da lide. O interessante é que o judiciário em quase todos os casos sentença favorável à União. Um segundo argumento recorrente nas defesas passa pela recusa da acusação de “invasores” já que a própria Marinha lhes concede cartões de identificação.

Sobre isso, é de interesse destacar as argumentações propostas na defesa dos moradores assistidos pelo advogado Dr. João Gomes Vieira:

“Senhor juiz, promover ação de reintegração de posse contra pobres pescadores e suas famílias para impedi-los de continuarem vivendo em suas casas, que receberam de seus pais ou que a construíram com muito sacrifício, sobe a pseudo-acusação de que teriam cometido “infração”, dita prevista no art. 71 da Lei 7.096, apenas porque reformou um cômodo de estuque é sem sombra de dúvida muito injusto e desumano, principalmente partindo do governo que tem o dever de prover os meios e condições de sobrevivência dos pobres e desamparados.”

Acrescente-se ainda que, argumenta o mesmo advogado, é irregular a aplicação de Inquéritos Militares sobre civis. Tais inquéritos só são cabíveis para crimes tipificados pelo código penal militar, o que tornaria nulas todas as provas obtidas no inquérito, permitindo-lhe pedir o “desentranhamento” das citadas provas nos autos do processo. Para uma resenha detalhada, ainda que parcial (o trabalho de leitura dos processos depende dos cartórios em que estão depositados), dessa situação, ver nos ANEXOS, o Relatório sobre a Situação Jurídica.

Organização Sócio-econômica

Parentesco

Os troncos familiares se distribuem pelas duas partes da Ilha. Do lado norte da Marambaia tem a concentração das famílias Estanisláu, que moram em sua maioria na Praia Suja; da família Barcelos, se concentram em sua maioria na Praia do Sítio; a família Carvalho se concentra no Sítio; a família Rosa se encontra parte na praia Suja; a família Saturnino se concentra no Sítio e na Armação e a família Lima.

Na parte sul da Marambaia concentram-se as famílias: Juvenal, na praia da Pescaria Velha e da Kaetana; a família Machado, na Praia da Kaetana e do José; a família Santana, na praia do José; a família Barbosa na praia da Kaetana; a família Mariano na Pescaria Velha e a família Firmo na Pescaria Velha.

Os casamentos em sua maioria são entre as famílias nativas. Existe um intercuro de casamentos entre os troncos familiares, que estão relacionados à distribuição geográfica. Existe apenas um caso de casamento de moradores de distintas áreas da Ilha, em que a mulher moradora na praia do Caju, casou-se com um homem da família Santana, da praia do José, e atualmente mora na Praia Grande.

Formas de organização

Igrejas

Os grupos religiosos se distribuem entre as Igrejas católica, batista da Assembléia de Deus. Na igreja católica o capelão é oficial da Marinha. A igreja foi construída na época da escravidão sendo, inicialmente, feita de pedra pelos escravos e depois sendo substituída por uma nova de concreto, com a instalação da Escola de Pesca

Darci Vargas nos anos 30. Essa instalação faz parte da paisagem da Ilha até os dias atuais. Ela pode ser vista logo quando chegamos na embarcação da Marinha no cais, na Praia do CADIM, próximo a escola.

A Igreja Batista se constitui como religião representativa desde os anos 70. A igreja foi construída na Praia da Kaetana pelos próprios moradores. O seu fundador foi o pastor Fernando, um sargento da Marinha, na época (dizem que “filho da Ilha”). O pastor atual da igreja não reside em Inhoaíba, uma bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Existem ainda dois pastores interinos: o Elson, morador da Pescaria Velha e o Durval, morador da praia Suja. Este último, nos últimos meses vem negociando com o comandante do CADIM a liberação da construção de um templo da Batista na Praia Suja. Contudo, enquanto não há a liberação os cultos são realizados na praça.

A Assembléia de Deus se localiza, temporariamente, na praia da Kaetana, mais especificamente, os cultos são realizados na casa do sr. Adilino. No entanto o Divino, pastor interino da igreja, disse que solicitou a construção de um espaço própria da igreja ao comandante, porém erguerá o templo na Pescaria Velha “afinal já uma igreja neste local, portanto é melhor levar a palavra do Senhor para outros rebanhos”. A Assembléia é recente na Ilha, têm pouco mais de cinco meses. Quem a fundou na Marambaia foi o Divino, morador da Praia da Kaetana e antigo membro da Igreja Batista.

Atualmente, a grande parte dos moradores da Praia da Pescaria Velha à Praia Grande são adeptos da religião Batista ou a Assembléia de Deus. Enquanto a outra metade da Ilha, ou seja, da Praia do CADIM até a Praia da Armação, a maioria dos moradores são católicos. Entretanto, os moradores reconhecem que há um fluxo crescente de fiéis às igrejas protestantes da localidade.

Os membros da Igreja Católica comemoram todo ano no dia 15 de setembro a festa da padroeira Nossa Senhora das Dores. Existe uma procissão dos pescadores em

torno da Ilha de Jaguanú, onde carregam a imagem de São Pedro nas canoas para comemorar o dia do santo protetor dos pescadores. Estas festividades têm uma grande atração ao público externo, principalmente os familiares que residem fora da Ilha, os quais nestes dias costumam ir para a Marambaia. Ambas as festas são organizadas pela igreja Católica, portanto há uma presença muito pequena dos moradores evangélicos nestas comemorações.

Futebol

Na Marambaia o futebol possui um importante papel na rede de sociabilidade entre os pescadores. Existe há muito tempo um campeonato que se confrontam os três times: o time dos moradores da parte norte da Ilha, o time da parte sul e o time da “Marinha”. Às vezes são convidados times de outra localidade, como Jaguanu¹ por exemplo, para participarem do torneio.

O campo de futebol usado se localiza na praia do CADIM, próximo a praia Suja. Nestes jogos antigamente se um tocasse na perna do outro a briga comia solta, o negócio era mesmo quente, mas hoje em dia não têm mais disso não, só há algumas confusões de vez em quando, como lembra o peladeiro de longas datas Paçoca, morador da praia do José.

Um antigo morador da Marambaia, que hoje a frequenta para visitar seu irmão, lembra que certa vez, quando jogava bola com o pessoal da Marinha um sargento entrou numa jogada mais dura contra ele, retrucando com o marinheiro. Este, por sua vez, não gostou, dizendo que era sargento, então disse ao sargento: “olha aqui malandro, você é sargento lá pra suas negras fora do campo porque aqui é todo mundo igual e se você continuar entrando na bola assim eu vou revidar”. Ele disse que o sargento ficou quieto

¹ - Jaguanu é uma Ilha localizada dentro da baía de Sepetiba, próxima a Marambaia. Nela reside um grande número de pescadores tradicionais.

e continuou jogando normalmente.

Aos domingos ocorre a tradicional “pelada” no campo de futebol da Praia do CADIM onde jogam todos misturados: funcionários da Marinha e pescadores. Os pescadores montaram há pouco tempo duas traves, feitas de tora, na Praia da Kaetana e uma outra na Pescaria Velha para jogarem futebol com mais frequência.

Organizações formais

Na Marambaia não há nenhuma organização sindical ou associação de moradores. Os pescadores são representados pela Colônia de Pescadores, cuja a sede se localiza em Itacuruçá. Todavia, a grande maioria dos pescadores não são filiados e os que são não participam dos processos de discussões interna da Colônia.

Atividade principal: a pesca

A pesca na Marambaia constitui a principal renda das famílias, como é um dos principais focos de representação da vida social na Ilha. “Ela faz parte da vida dos pescadores vinte e quatro horas, a semana toda, o mês inteiro, o ano todo”, como lembra o Sr. Adilino.

Organização do trabalho

A maioria dos pescadores exerce a função desde muito cedo. Os pescadores da Marambaia geralmente iniciam sua carreira aos 15 anos mais ou menos.

Antigamente, os pescadores também plantavam, em pequenas hortas, feijão, arroz, banana e outros produtos. As plantações eram no pé dos morros. Todavia, com a Marinha, as plantações foram proibidas acabando gradualmente com as roças.

O melhor período para pescar é o período que chama de “quadra”, quando o vento está bom, deixando o mar calmo, mas quando vem um Sudoeste e A-Sudoeste o mar fica muito agitado e não fica bom pra pescaria, segundo me relatou o Adhemir,

pescador da Pescaria Velha.

O principal pescado na Ilha é a curvina. É o peixe que dá o ano todo, como dizem, mas isto na parte sul da Marambaia. Do outro lado o camarão é o mais pescado, mesmo ele tendo escasseado muito com a intensificação da pesca por parte das traineiras industriais. Esta pesca é de bote a remo com rede de malha 30 e 35, sendo esta última utilizada também para o robalo. O camarão é pescado dentro da baía de Sepetiba, ao Norte, dentro da restinga da Marambaia. A pescaria pode ser realizada com um pescador sozinho, como às vezes com mais uma pessoa.

A técnica é artesanal e existe um conhecimento específico de composição entre os tipos de pescado, o tipo de rede e o tipo de barco a serem utilizados, que vale registrar. A pescaria que predomina na parte sul é a de curvineira (canoas a motor). Tradicionalmente, usa-se a rede de espera atrás da Ilha, no costão, na área fora da baía, já no alto mar. Antigamente a pesca era executada dentro da baía de Sepetiba, mas como as traineiras promovem uma pesca predatória, arrastando tanto os peixes, como as redes dos pescadores tradicionais, estes deixaram de pescar nessa área. Dentro da baía se pesca com casseia: a rede, geralmente rede 70, fica segura no barco e vai deixando a maré levar ela.

Hoje em dia as redes são feitas de plástico, um processo mais moderno, como enfatiza o Adriano, mas antigamente se pescava com fio jergo nylon de malha 30. Usava-se muito o gorete para o camarão e para a tainha, sendo o primeiro com malha menor. Para a pesca de curvinota (uma curvina menor), pescadinha e parati são usados rede de malha 35. As malhas 110 com fio 60 são para o pescado. A malha 70 serve para pescar robalo e cação, esta tem que ser com fio grosso porque esses peixes são violentos e arrebetam a rede, como enfatizam os pescadores. As malhas 50 e 55 são para a curvina. Para os botes se usa malha 35 e 40 para pescadinha e curvinota. A traineira, a

única da Ilha, que pertence ao Pepê, pesca com malha 8 para sardinha. As outras pescarias existentes são: anzol e linha.

Segundo o sr. Adilino, peixe na Marambaia não tem época, dá tudo o ano todo. Ele diz que a área de nascimento do peixe é na restinga, por isso se não pescar com as traineiras lá o peixe volta.

Na parte da “praia dos brancos” existem atualmente cerca de 16 curvineiras, 11 barcos (conhecidas como traineirinhas), 08 botes e uma traineira. Na outra parte da Ilha existem um número bem maior de botes, cerca de uns 15 deles, enquanto curvineiras são apenas 04 e nenhuma traineira.

Na Marambaia, os pescadores da parte sul, em sua totalidade, trabalham no regime da companha. A companha é composta pelo número de três camaradas, sendo a função dividida em: mestre, contra mestre e ajudante. Geralmente o mestre é o dono do barco, entretanto isto não é uma regra geral. Na hierarquia dos saberes, é ele o detentor do conhecimento sobre a técnica e prática da pescaria. Enquanto o contra mestre é seu substituto nas horas em que não está disponível para a pesca. O ajudante, na grande parte das vezes, trabalha mais fora do barco na manutenção da rede. O camarada que cumpre a função de ajudante pesca muito de linha na época da garoupa na Praia do Sino.

Na outra parte da Ilha, os pescadores geralmente não têm camarada de pesca. Exercem o trabalho “sozinhos”. Em parte, isto é provocada pela própria característica da pesca nesta parte da Marambaia, a predominância de botes em contraste as curvineiras. A pesca no bote suporta no máximo duas pessoas, mas geralmente é feita com uma pessoa. Por outro lado, um outro motivo para esta individualização na pesca é a intensa migração dos moradores para outras regiões do Rio de Janeiro, principalmente os mais jovens. Isto ocorre porque, sem perspectiva de crescimento na Marambaia, devido ao

fim gradual do pescado na baía de Sepetiba e às pressões por parte da Marinha sobre os moradores, juntando-se a isso a falta de infra estrutura escolar, pois a escola oferece simplesmente o primeiro grau, terminam indo embora.

No sistema de companhia o pagamento se dá na forma de quinhão. Divide-se o lucro entre os três pescadores : 50% vai para a embarcação e os outros 50% dividem entre o mestre e os outros dois camaradas.

Comercialização

O caráter artesanal da pesca encontra correspondência na sua forma de comercialização. O pescado é levado para fora da Ilha para ser vendido nas peixarias de Mangaratiba, no caso dos moradores da parte sul da Marambaia. Os moradores da parte norte comercializam o pescado em Itacuruçá. Em ambos os lugares o preço é estabelecido nas peixarias pela sazonalidade das espécies, ou seja, quando é uma época onde dá muito de uma espécie o preço cai. Isso é causado porque os moradores não têm como armazenar durante um período muito grande o pescado, assim o dono da peixaria diminui o preço do peixe quando a espécie é abundante.

Em Mangaratiba existem dois estabelecimentos comerciais que compram os peixes: a mais antiga fica ao lado dos bares do pequeno centro de Mangaratiba, em frente à praia; a outra fica perto da entrada do cais, onde desembarcam as barcas e os barcos que vão para Ilha Grande. Atualmente, com a urbanização do centro de Mangaratiba, a barraca se deslocou para mais longe do cais o local atual. Os pescadores, em sua maioria, vendem o peixe na primeira peixaria porque na segunda o comerciante costuma pagar em vale e não cobri-lo com o dinheiro no tempo estipulado.

Em Itacuruçá existem três peixarias. Duas se localizam próximo à praia, exatamente em frente à praia. A outra se localiza perto da praça principal da cidade, perto da igreja católica. Os pescadores da Marambaia vendem seu pescado na peixaria

perto da praia. Como também vendem seus peixes na praia para os banhistas, o que não acontece em Mangaratiba, como vendedores ambulantes.

Migrações

Depois do fechamento da Escola de Pesca Darci Vargas, um grande número de ex-alunos e antigos moradores se retiraram da ilha. Ainda que não tenha havido qualquer ação oficial para o reassentamento ou realocamento dessa população, espontaneamente, boa parte dela passou a ocupar o bairro popular de Menino de Deus. Ainda hoje há uma associação dos ex-alunos da escola que reúne um grande número deles e de suas famílias, anualmente. Tais reuniões ocorrem em outubro e já contaram com a participação de até 200 pessoas.

Outro fator de grande importância para o deslocamento da população da área, é a proibição dos seus moradores construírem ou reformarem suas casas, levando à repartição das famílias no momento do casamento dos filhos ou do crescimento das famílias. Isso tem feito com que muitas famílias hoje estejam divididas entre a ilha e o município de Mangaratiba. Como, em geral são os pais ou irmãos mais velhos que permanecem na ilha e como na ilha não existe serviço de saúde e educacional suficiente, é comum que os moradores vivam em uma constante movimentação de dentro para fora e vice-versa, seja para se hospitalizar ou para estudar.

A força desse deslocamento e dos vínculos que mantém os que já estão fora ligados à ilha pode ser avaliado nos meses de férias escolares, em que as famílias retornam com os filhos para a casa dos parentes. Ainda que ainda não tenhamos feito uma pesquisa específica sobre esse aspecto da organização social e familiar ligada a essa migração anual, segundo os relatos de seus moradores, nessa época as casas da ilha hospedam um número de famílias que dobra o dos ocupantes permanentes.

História e Memória

Entrepasto de um grande empreendimento escravista

O Sul Fluminense sempre foi núcleo de povoamento desde a época colonial, principalmente Angra e Parati. No século XVIII predominava o cultivo da cana-de-açúcar na maior parte da extensão territorial dos seus municípios. Com o declínio econômico do cultivo da cana estas regiões, principalmente de Angra, Parati e Mangaratiba, no início do século XIX, passaram a cultivar café, tomando destaque nacional na produção deste produto. Utilizaram inicialmente mão de obra indígena, passando posteriormente à mão de obra escrava africana.

O histórico da Marambaia, como lembra os pescadores mais antigos, se inicia com o velho Breves, o Comendador Joaquim José de Souza Breves. Na Marambaia chegou a possuir seis mil escravos. Os domínios deste grande senhor territorial abrangiam a restinga, atravessavam o mar, desdobrando-se da raiz da serra, Mangaratiba e o Saco de Mangaratiba, até o vasto cafezal que se alastrava do começo do altiplano em São João do Príncipe, para ir morrer a onda verde do café, na propriedade do opulento cafezista do Vale do Paraíba, na Fazenda da Marambaia. Quem vinha do Rio de Janeiro para Mangaratiba por via marítima, encontrava na Fazenda da Marambaia, à orla do oceano, o primeiro marco do poder agrário dos Breves. Na Marambaia plantava-se café nas encostas da montanha, cereais, milho, feijão, mandioca, cana de açúcar e criava-se gado. A Marambaia exercia um importante papel estratégico para o Breves, servia como área de embarque de escravos que eram distribuídos as suas demais fazendas.

Em seus relatos sobre a escravidão dona Inês, uma senhora de 86 anos, moradora da Praia Suja da Ilha da Marambaia, lembra de como “aqui antigamente com o Breves

era um bom lugar, os escravos que vinham de outra fazenda ficavam impressionados porque aqui tinha roupa para festa e dança nas senzalas, muita dança”. Consulte-se a tábua cronológica apresentada nos ANEXOS.

Por volta da segunda metade do século XIX a decadência do café, a extinção do Tráfico Negreiro e a construção da Estrada de Ferro Pedro II em 1877 proporcionam de vez o aniquilamento da economia destes municípios, acarretando um abandono por parte dos latifundiários das terras e sua desestruturação econômica. A Marambaia, após a morte do Comendador, em 30 de setembro de 1889, é praticamente abandonada por seus familiares, permanecendo ali apenas os ex-escravos e seus familiares.

Em 28 de outubro de 1891 a viúva do Breves, dona Maria Isabel Gonçalves de Moraes Breves, vendeu a Marambaia à Companhia Promotora de Indústrias e Melhoramentos. Em 17 de novembro de 1896, por liquidação forçada, a Companhia transferiu a propriedade ao então denominado Banco da República do Brasil. Contudo, os escravos permanecem nas terras abandonadas pelos senhores, como bem lembra um morador antigo da Ilha, sr. Joel de 84 anos “o Breves naquele tempo deu uma praia para cada família. Ele disse que era para cada um ficar com a sua praia para não dar briga, mas isso só foi feito de boca, não teve nada escrito. A filha do Breves disse que quando voltasse lá das bandas da Europa ia passar a terra aqui para nós”

Em 1905 a Marambaia é vendida por noventa e cinco contos de réis à União, sendo que em 1908 se instala a Escola de Aprendizado da Marinha, transferindo-se para Campos em 1910. Em 1924, a Ilha foi posta à disposição da Diretoria de Portos e Costas, para a instalação de uma colônia de pescadores e a Escola de Curso primário e Profissional da Pesca, sendo que em 1931 é fundada a Colônia de Pescadores Z 23.

A Escola de Pesca Darci Vargas

O fato histórico marcante à memória dos ilhéus foi à fundação da Escola de

Pesca Darci Vargas no ano de 1939. Os recursos da escola provinham da Fundação Cristo Redentor, tendo como mentor deste projeto o senhor Levy Miranda.

A Escola de Pesca Darci Vargas era, como rememora grande parte dos pescadores que vivem hoje na Marambaia, um momento de grande prosperidade, como diz o senhor Adilino de 80 anos “aqui no tempo da Escola tinha de tudo, tinha fábrica de gelo, fábrica para sardinha, a gente tinha escola que profissionalizava a gente, lá a gente aprendia de tudo; a gente saía para pescar neste alto mar e pegava era muito peixe, era toneladas. Aqui também tinha hospital com diversos remédios. A igreja foi construída com a chegada da Escola, tudo aquilo que é hoje o CADIM. Foi tudo coisa do senhor Levi, um homem muito bom”.

Sem recursos para manter a Escola, a Fundação Cristo Redentor entregou à administração do Ministério da Marinha, a qual através do decreto n.º 88. 2224 de 12/01/71 estabeleceu naquela área o Centro de Adestramento da Marinha (CADIM). Esta nova fase vem influir negativamente na vida dos moradores. “Agora com a Marinha acabou tudo: a escola só vai até quinta série, a fábrica de gelo e de sardinha acabou, o hospital não funciona mais, como afirma um morador da Ilha há 45 anos.

As lembranças do “tempo do Breves”

O trabalho com a memória da população da ilha da Marambaia ainda está em curso, mas já nos é possível relacionar uma série de relatos que, ainda não estejam devidamente articulados entre si, dão uma medida aproximada do universo de lembranças com que estamos trabalhando. A sua sobreposição a seguir, nos servirá ao menos como a apreciação dos fotogramas isolados de um filme que ainda é preciso editar.

A ilha durante a escravidão

Um primeiro relato sobre a escravidão é fornecido por dona Inês, uma senhora de 86 anos, moradora da Praia Suja da Ilha da Marambaia, lembra de como aqui antigamente com o Breves era um bom lugar, lembra ela que

“os escravos que vinham de outra fazenda ficavam impressionados porque aqui tinha roupa para festa e dança nas senzalas, muita dança”.

Segundo o sr. Felipe, morador da Praia da Armação, existiam duas fazendas no tempo dos Breves: uma se localizava na Praia conhecida hoje como a do CADIM e uma outra na Praia conhecida hoje como Armação. Nesta localidade residiam os familiares dos Breves bem como os escravos que trabalhavam na lavoura. Ainda hoje encontramos neste local os resquícios da antiga senzala e a velha casa do Breves. Na outra extremidade da Ilha eram mantidos os escravos que eram mantidos no local para “engorda” e posteriormente eram vendidos para outras fazendas próximas. Há ainda nesta praia a antiga senzala que se tornou um hotel para os oficiais da Marinha.

Alguns personagens nos servem de referência e guia para a costura futura dessas memórias. O avô do sr. Felipe, o Zé Maria, era capitão do mato do Breves. A sua avó era mocambeira deste. O seu avô, segundo ele, residia na Pescaria Velha e de lá vinha trabalhar na Armação. Rememora que seu avô contava que os escravos que eram apanhados no mato ele não consentia que apanhassem, pois ele não batia e não deixava bater. Neste período se plantavam muito feijão, milho, mandioca, cana e com isso faziam açúcar. O seu avô ainda relatava que havia uma distinção entre os escravos de canela fina e o escravo de canela grossa: este era o que não gostava de trabalhar, enquanto o outro era o trabalhador. Na Ponta do Borrachuda, encostado ao morro de São Salvador, próximo a Restinga, era o local onde se enterravam os escravos no tempo

dos Breves.

O sr. Domingos, que residia na Praia do Sino e trabalhava todos os dias na fazenda onde é hoje a Praia do CADIM, dizia que em cima da Praia da Kaetana havia uma toca que saía na outra ponta da Ilha. Neste local haviam diversas camas cheias de esqueletos de escravos e cordões de ouro entre outros objetos. O sr. Joel, por sua vez, nos lembra que no tempo do Breves tinha a velho Juvenal Machado “que morava na Praia da Pescaria Velha e ele era a pessoa que quando chegava o Navio com os escravos tocava o sino que tinha lá perto da praia”. A família Juvenal Machado ainda hoje reside na Pescaria Velha.

Uma pequena mitologia

Uma das histórias lembrada pelos moradores mais antigos pode ser encontrada num relato de Armando de Moraes Breves, em “O Reino da Marambaia”, livro publicado em 1966, onde Armando põe no papel sua memória quando criança nas fazendas do Comendador Joaquim de Souza Breves “O rei do Café”. Em seu livro relata a estória de tia Rosa.

“Quando moça, tinha leite, mas o filho começou a emagrecer. Só no fim descobriram. Uma jararaca entrava na senzala, mamava enquanto a mãe dormia, pondo a ponta do rabo na boca da criança”².

Essa história ocorreu com uma personagem real da qual os moradores da Marambaia têm uma viva lembrança. Era a D. Rosa era bisavó do sr. Joel, morador da Praia do Sítio. Lembra ele: “a velha Rosa Lima, mulher do Estanislau que foi pra Guerra do Paraguaia quando tinha ido vender o peixe em Mangaratiba, prendeu ele lá e levaram ele pra guerra. Depois nunca mais a gente viu ele”. Em seu livro Armando

² - Armando de Moraes BREVES. O Reino da Mrambaia, p 30.

Breves descreve o tio Estanislau, diz ele :

*“Tio Estanisláu tinha-se na conta de príncipe. Os outros acreditavam. Usava merimbáu – uma varinha de bambú seco ligado ao umbigo”*³

A D. Antônia, moradora da Praia do Kutuca, relata que a história da jararaca era contada por D. Vilhina, mãe do Felipe, da Pescaria Velha, e esposa de Zé Maria. Outra pessoa que contava a história também era a d.^a Chiquinha, esposa do sr. Hemetérito. As outras informações por parte dos outros moradores condiziam com a versão da D. Antônia. Era unânime, tanto por parte dos moradores mais novos, como pelos moradores mais antigos, ressaltar a veracidade da história. A jararaca vivia em cima do telhado das casas e descia a noite só para tomar o leite da mãe, como lembra o Sr. Vavá, ex–morador da Ilha.

O interesse nessa pequena mitologia, vale ressaltar, está na forma pela qual a proximidade entre senhores e escravos na ilha da Marambaia permitiu que a memória dos negros contaminasse o universo narrativo dos senhores. Acidente pelo qual hoje temos a oportunidade de contar com a documentação escrita de uma estória encantada que se apresenta de forma plenamente oral entre os pescadores. De certa forma essa contaminação permitiu que a memória escrita dos brancos, servisse de testemunho da memória viva dos negros, ainda hoje atualizada.

A memória da Camila

Na narrativa dos moradores da Marambaia podemos encontrar uma personagem central para a construção do significado da comunidade e da sua memória: é a velha Camila. Em ambas as praias, sempre quando falavam sobre a história da escravidão na Marambaia, a velha Camila, como os moradores a chamam, aparecia nas narrativas.

³ - Id. Ibid. p. 27

Estas eram sempre compostas a partir do uso de um vínculo temporal e espacial.

O lugar que os orienta é o cemitério. Lá no cemitério se você chegar lá você vai ver a velha Camila lá, ela era do tempo do cativo. “Foi ela que inaugurou o cemitério” como salienta o Sr. Adilino. Do outro lado, o Sr. Joel utiliza o seu parentesco com a velha Camila para reafirmar o seu vínculo com o tempo do cativo, lembrando “que lá no cemitério eu posso ver o lugar onde tá a velha Camila, foi ela quem inaugurou esse cemitério aí”.

O tempo referido pelos moradores é o quanto à velha Camila viveu. “A velha Camila viveu até os 130 anos de idade, era a mais velha daqui da Ilha. Ela foi do tempo do cativo. Foi ela que inaugurou o cemitério da Ilha”, assim como lembra a D. Darcília, moradora da Praia do Sítio. A D. Camila, segundo o sr. Joel, se encontrava na Ilha quando o Breves chegou. A Ilha era do Guedes, primeiro do que dos Breves. Ele já encontrou como cria.

O abandono dos escravos

Antônio Firmo, mais conhecido como Toca, morador da Praia do José, lembra das histórias que seu avô, o Sr. Domingos de Lima Alves, o qual viveu até os 115 anos. Faleceu quando a Marinha já estava na Ilha. Ele era capataz do Breves era “quem levava os escravos para o mato e escolhia os escravos: o de canela grossa ou o de canela fina. O de canela fina prestava e o de canela grossa não prestava e ainda tinha o reprodutor”, conta Toca, lembrando das histórias que seu avô contava na beira da praia. Continua relatando que seu avô dizia que “quando os Breves foram embora os escravos ficaram sem ação nenhuma, ficaram abandonados aqui na Ilha. Ai eles fizeram assim: quem sabia ensinava aquele que não sabia. No caso, aquele que fazia canoa então cortava tora de pau, então todos se uniam e faziam as suas canoinhas. Foram viver a vida deles. Deles vieram os outros e outros e chegaram até a gente, que somos nós aqui hoje. Ele

dizia que os escravos chegavam naqueles barcos grandões e os escravos ficavam aqui e depois ia ser vendido. Ele falava que ele levava os escravos, prendia, batia e depois botava sal. Dizia que eles gritavam muito. Isso era muito sofrimento. Ele contava e chorava aquele sofrimento que passou, mais chorava...”. Por um instante se cala e continua “depois que a Princesa Isabel assinou aquela lei eles ficaram aqui. Creio que os escravos não interessavam mais. Foi e ficaram ilhado aqui. Até que veio a Fundação Cristo Redentor e acolheu eles, fez a escola. Ai deu conforto ao povo, deu abrigo ao povo, acolheu o povo. A verdade é que deu vontade das pessoas viver, aquele escravos, aquele pessoal antigo. Foi dando trabalho nos barcos. Ai chegou até a gente. Ai tamos nós passando pela mesma coisa, mas não somos escravos é lógico, mas não temos direito de nada”.

Intervenções públicas e políticas

Serviços públicos

Na Marambaia os serviços básicos como saúde e educação ficam localizados na praia do CADIM, servindo prioritariamente aos funcionários da Marinha. Existe uma escola ao lado da igreja católica, a Escola Levi Miranda, administrada pela prefeitura de Mangaratiba. Nesta escola o ensino vai apenas até a 4.^a série. Os filhos de pescadores que almejam continuar seus estudos precisam morar em Itacuruçá ou Mangaratiba. As crianças necessitam fazer longas caminhadas, que podem durar em média uma hora, até o colégio, pois não há meios de transporte que os levem a praia do CADIM.

Em relação à assistência médica há apenas um posto de saúde que atende casos nos quais necessitam de pronto atendimento. Em situações mais emergenciais é preciso ir até as cidades mais próximas como Mangaratiba, Itacuruçá e Itaguaí. Muitas vezes é necessário sair as pressas com a canoa de um pescador para o continente para uma pessoa ser submetida a um atendimento médico, pois só há duas barcas por dia que vai até Itacuruçá: uma de manhã e outra à tarde.

O único lugar onde há luz elétrica é na praia do CADIM no restante da Ilha os moradores usam lampião para a iluminação e bateria para ligar suas televisões, rádios e outros eletrodomésticos. Há uma demanda para a instalação de placas para a energia solar, como possui na Ilha de Jaguanu, próxima a Marambaia. Porém até hoje a reivindicação dos moradores não foi suprida. Com a luz elétrica os peixes poderiam ser armazenados por mais dias em um freezer ou geladeira, o que facilitaria a vida dos pescadores, pois assim não precisariam vender seus peixes mais barato por não possuir uma forma mais eficaz de armazenamento.

A água das casas dos pescadores provém das nascentes dos morros. Nas praias dos pescadores não possui sistema de tratamento de esgoto, nem de lixo. Os telefones públicos ficam todos na praia do CADIM. Da mesma forma os serviços de correio são restritos a esta localidade. Segundo os pescadores há uma proposta de instalação de telefones públicos nas outras praias.

Para a compra de produtos alimentícios é preciso andar até a praia do CADIM, onde possui um pequeno mercadinho, todavia os pescadores compram os seus produtos básicos em Mangaratiba ou Itacuruçá. Segundo os moradores havia mercearias nas outras praias, mas a Marinha as proibiu.

Há poucos meses a Prefeitura de Mangaratiba, em parceria com a Empresa MBR, promoveu um curso de criação de mariscos aos alunos e pescadores da Ilha.

Processo de identificação como "remanescentes"

No ano de 1998 ocorreu uma reunião na capela da Igreja Católica de Itacuruçá com os moradores da Marambaia e integrantes do Centro Pastoral da Terra (CPT), diocese de Itaguaí. O objetivo da reunião era discutir diretrizes para intervir na situação dos ilhéus. Uma das propostas apresentada era o envio do Dossiê, “Povos da Terra – Povos do Mar Ilha da Marambaia: do tráfico de escravos, ontem aos despejos das famílias pescadoras – hoje”, sobre a situação das famílias de pescadores da Ilha da Marambaia à Fundação Cultural Palmares, solicitando a intervenção da instituição no conflito entre os pescadores e a Marinha.

Os pescadores tiveram uma boa receptividade da idéia de enviar este material a Palmares, todavia as discussões sobre esta proposta não se ampliaram aos outros pescadores, ficando restrita aquele espaço da reunião.

No ano de 2001 o Ministério Público, através do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Daniel Sarmiento, solicitou a Palmares um laudo antropológico

sobre a população local. Na reportagem do jornal **no.** a responsável na Palmares pela Comissão Nacional de Articulação de Comunidades Remanescentes de Quilombos, Edir Freitas, informa que existem cerca de duzentas comunidades à frente da Marambaia, portanto não há como prever uma data para a elaboração do laudo. Informa ainda que a política da instituição é de privilegiar os locais onde ocorrem conflitos mais agudos.

Outros agentes

Existem pesquisas nas áreas de Biologia, Botânica, Engenharia Florestal entre outras, sendo desenvolvidas na Marambaia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) desde os anos 70. Este trabalho é realizado em parceria com o CADIM e outros departamentos da UFRJ e UERJ. A concentração dos estudos é na área da restinga sobre a Mata Atlântica, a avifauna, e tipos distintos de plantas que existem no local.

Há um pesquisador da área de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF), do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa (NUFEP), que trabalha na área desde 1999. Neste trabalho é focalizado o estudo da pesca e da reprodução social do grupo de pescadores da Marambaia.

Uma outra instituição que vem atuando na Ilha é a KOINONIA, através do projeto Egbé, coordenado pelo antropólogo José Maurício Arruti. Esta ONG vem assessorando desde 2001 os pescadores da Ilha em relação às questões jurídicas e organizacionais.

Fontes

Bibliografia específica

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – uso comum e conflito. Caderno do NAEA, nº 10. Belém, 1989.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Quilombos: semantologia face a novas identidades. In: Projeto Vida de Negro. Frechal Terra de Preto – Quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luis: SMDDH / CCN-PVN, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Quilombos: repertório bibliográfico de uma questão redefinida. In: Quilombos em São Paulo – Tradições, direitos e lutas. São Paulo: ITESP, 1997.

ARRUTI, José Maurício Andion (ed.) Seminário Territórios Negros do Rio de Janeiro: história, antropologia e alternativas jurídicas. Rio de Janeiro: Koinonia, 2001.

BREVES, Armando de Moraes. O Reino da Marambaia. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1966.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Reconhecimento das Terras ocupadas por Comunidades Remanescentes de quilombos Incidentes em Domínios Particulares. In: Desafios para o reconhecimento das terras quilombolas. Comissão Pró-Índios de São Paulo: 1997.

MOTA, Fábio Reis. 2001. Marambaia da Terra, Marambaia do Mar - Conflitos, identidade e meio ambiente no sul fluminense do estado do Rio de Janeiro.

Niterói: UFF / Departamento de Ciências Sociais (Monografia de graduação).

NUNES, Jean Carlos da Rosa. O Direito Constitucional de propriedade das comunidades remanescentes de quilombos assegurado no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Brasileira de 1988. In: Textos e Debates – NUER: Núcleo de Estudos sobre Identidades e Relações Interétnicas, nº 8, 2000.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Associação Brasileira de Antropologia. In: Boletim Informativo do NUER, Volume I, nº I, 1996.

PONDE, Jayme. 1977. Levy Miranda, Apostólo da Assistência Social no Brasil, Fundação Abrigo do Cristo Redentor, Empresa Editora Carioca Ltda, Bonsucesso, RJ, 1977.

Povos da Terra - Povos do Mar - Ilha da Marambaia: DO TRÁFICO DE ESCRAVOS, ONTEM, AOS DESPEJOS DE FAMÍLIAS PESCADORAS, HOJE. Dossiê Montado pela Diocese da Igreja Católica de Itaguaí e entregue ao presidente da República, 1998.

GODOY, Luciano de Souza. Os pressupostos jurídicos para regularização fundiária nas áreas remanescentes de quilombos. In: Quilombos em São Paulo – Tradições, direitos e lutas. São Paulo: ITESP, 1997

ITESP - Relatório Final do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 40.723 de 21/03/96. Direito de Propriedade dos Remanescentes das Comunidades de Quilombos no Estado de São Paulo. In: Quilombos em São Paulo – Tradições, direitos e lutas. São Paulo: ITESP, 1997.

SILVA, Dimas Salustiano da. Constituição e diferença étnica: o problema jurídico das comunidades negras remanescentes de quilombos no Brasil. In: Boletim Informativo do NUER, Volume I, nº I. Florianópolis: UFSC, 1996.

XEREZ, Roberto de. Ilha da Marambaia: resumo fisiográfico, histórico e importância ecológica atual. Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 42, maio/junho 1990.

Notícias da Imprensa

1998. Jornal Paratodos – “Emanipação da Marambaia”

19 de abril de 1998. Jornal o Globo – “Marinha manterá Ilha de Marambaia inacessível”

2 de agosto de 1998. Jornal o Dia – “Luta para ficar na Marambaia”

2 de agosto 1998. Jornal o Dia – “Documentos são enviados a FHC”

27 de julho de 2001. Jornal NO. (www.no.com.br) – “Meu reino por um quilombo”

27 de julho de 2001 . Jornal NO. (www.no.com.br) – “Expulsos do paraíso”